

16 JAN 2018

FOLHA DE LONDRINA

Representante de juízes federais pede reforço em julgamento de Lula

Presidente da Ajufe disse estar "muito preocupado" com as ameaças contra magistrados veiculadas em redes sociais

Reynaldo Turolo Jr.
Folhapress

Brasília - Em visita à ministra Cármen Lúcia no STF (Supremo Tribunal Federal) nessa segunda (15), o presidente da Ajufe (Associação dos Juízes Federais do Brasil), Roberto Veloso, pediu reforço de segurança para o prédio e os juízes do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) em razão do julgamento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Veloso disse estar "muito preocupado" com as ameaças de que teve conhecimento, sobretudo as veiculadas em redes sociais. Ele disse que levará a diretoria da Ajufe para visitar o TRF-4 no próximo dia 22 para "prestar solidariedade ao tribunal". O julgamento do recurso de Lula está marcado para o dia 24.

O representante dos juízes federais afirmou que levaria nesta tarde um pedido de providências ao ministro da Justiça, Torquato Jardim.

"Vamos levar um pedido para que ele [Jardim] tome

medidas acautelatórias e apure as responsabilidades já dos atos convocatórios. Primeiro, se o patrimônio público está ameaçado, é preciso que os órgãos da segurança pública, tanto o federal quanto o estadual, tomem as providências no sentido de garantir que os prédios públicos sejam preservados. Segundo, a questão da segurança dos magistrados, porque uma das principais questões que a Ajufe defende e defenderá sempre é a independência dos juízes", declarou.

"A ministra [Cármen Lúcia] falou que o CNJ [Conselho Nacional de Justiça] é o órgão [do Judiciário] encarregado da segurança dos prédios públicos. Diante disso, nós vamos encaminhar ainda hoje um ofício ao CNJ pedindo providências."

De acordo com Veloso, os magistrados do TRF-4 e seus familiares já tiveram sua segurança reforçada, tanto por agentes do próprio tribunal como da Polícia Federal.

Na manhã dessa segunda, Cármen Lúcia também recebeu no Supremo o presidente do TRF-4, o desembargador federal Carlos Eduardo Thompson Florès, para tratar da segurança no dia do julgamento. Às 16h30, haverá audiência entre o desembargador e a procuradora-geral, Raquel Dodge.

'ALARDE DESNECESSÁRIO'

Para Veloso, está havendo um "alarde desnecessário" em torno do julgamento do recurso de Lula na segunda instância da Justiça Federal, porque não será ainda a decisão final.

"Está havendo um alarde sobre esse julgamento desnecessário, porque o Brasil é pródigo em recursos. Caso venha a ser confirmada a sentença, haverá possibilidade de recurso para o STJ [Superior Tribunal de Justiça], haverá possibilidade de recurso para o STF, e dependendo de haver maioria ou não, o próprio tribunal pode ser um destinatário de recursos", disse.

CONTINUA

16 JAN 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

“O deferimento da candidatura daquele que está sendo acusado da prática dos crimes será feito pelo Tribunal Superior Eleitoral [TSE] e esse deferimento só vai ocorrer a partir de agosto. Não precisa esse alarde que se está fazendo agora, ainda dá um caminho processual muito grande a ser trilhado. Mas é preciso que a magistratura tenha condições de independência e tranquilidade”, declarou Veloso.

CLAUDIO HUMBERTO

66

*Não precisa esse alarde
que se está fazendo agora!*

Presidente da Associação dos Juizes Federais,
Roberto Veloso, sobre o julgamento de Lula

16 JAN 2018

FOLHA DE LONDRINA

Justiça federal também barra Cristiane Brasil

Fábio Grellet

Agência Estado

Rio - O juiz federal Vladimir Vitovsky, que está atuando como substituto no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), no Rio de Janeiro, negou na tarde dessa segunda-feira (15) os embargos de declaração apresentados pela Advocacia-Geral da União (AGU) para tentar derrubar a decisão liminar que suspendeu a posse de Cristiane Brasil (PTB) como ministra do Trabalho.

Cristiane, que é filha do ex-deputado federal e atual presidente do PTB Roberto Jefferson, foi anunciada como ministra do Trabalho do presidente Michel Temer (MDB) no dia 3 de janeiro. Na segunda-feira passada (8), a posse de Cristiane foi suspensa por decisão liminar (provisória) emitida pelo juiz federal Leonardo da Costa Couceiro, da 4ª Vara Federal de Niterói, na região metropolitana do Rio.

Ele atendeu pedido apresentado em ação popular por um cidadão comum. "Este magistrado vislumbra flagrante desrespeito à Constituição Federal no que se refere à moralidade administrativa, em seu artigo 37, caput, quando se pretende nomear para um cargo de tamanha magnitude, ministro do Trabalho, pessoa que

já teria sido condenada em reclamações trabalhistas, condenações estas com trânsito em julgado", escreveu o magistrado, que impôs multa de R\$ 500 mil para quem descumprir a decisão.

No dia seguinte (9), o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) negou recurso apresentado pela AGU e manteve a ordem emitida pelo juiz de Niterói. Na quarta-feira (10), a AGU apresentou novo recurso ao próprio TRF-2. A própria Cristiane Brasil também recorreu, e os dois pedidos foram analisados pelo juiz federal Vladimir Vitovsky, substituto do desembargador federal José Antonio Neiva no TRF-2 que negou os pedidos.

Na sexta-feira (12), a AGU impetrou embargos de declaração no próprio TRF-2, questionando a competência do juiz Couceiro para emitir uma decisão sobre o caso, já que o mesmo pedido já havia sido apresentado e negado por outros juízes. Na decisão desta segunda-feira, além de manter a decisão do juiz de Niterói, Vitovsky fixou a competência da 4ª Vara Federal de Niterói e ordenou que os outros seis processos com o mesmo objeto apresentados à Justiça Federal do Rio de Janeiro sejam encaminhados para essa Vara.

16 JAN 2018

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Lava Jato

Em dezembro, o juiz Sérgio Moro deu andamento da parte das denúncias de Sergio Machado, da Transpetro, com relação às pessoas que não tem foro privilegiado e o ministro Edson Fachin, relator no STF, a ratificou.

Recurso

A AGU (Advocacia Geral da União) e a Câmara Federal entraram com recurso contra a decisão da Justiça pernambucana que impede, em liminar, a privatização da Eletrobras constante de medida provisória.

Folclore

Em Portugal, chegou a vez de Gilmar Mendes, ministro do STF, sofrer constrangimento na rua por brasileiros que discordam de suas posições e decisões e na base do insulto agressivo. Ante a ação ruidosa, lamentou-se com um "Ah, meu Deus", parte afinal de sua postura contra o que chama de "justiça populista" com o cortejamento obrigatório das oscilações da opinião pública pelos magistrados. Aliás, lá atrás, o ministro Joaquim Barbosa, que presidiu o STF, num debate, o provocou com a convocação: "Ministro, vá às ruas!".

MILITÃO

Gilmar Mendes, o que solta réus políticos

"A gente pede para Deus levar o senhor para o inferno", disse uma mulher, indignada, ao ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal. Está em vídeo na internet, mostrando a reação de brasileiras que o encontraram em Lisboa, onde Gilmar está desde o Natal.

A MARCHINHA

"Alô Alô Gilmar, eu tô em cana, vem me soltar! Eu roubei, eu roubei, não estou preso à toa, mas no mundo não há quem escape de uma conversinha boa..." Marchinha de João Roberto Kelly, o mesmo autor de "Olha a cabeleira do Zezé", "Até quarta-feira", e etc. Sempre com muito bom humor, homenageando ou criticando, brincando, enfim, o Carnaval. O ministro Gilmar Mendes, que soltou vários réu, sorriu quando ouviu a marchinha. A população promete cantá-la nos blocos de rua.

16 JAN 2018

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Questões permanentes

São permanentes e não conjunturais e transitórias as questões ligadas ao binômio segurança e ativismo presidiário. Mal se assentaram as reflexões feitas em torno da missão da ministra Cármen Lúcia, presidente do STF e do CNJ, eis que um novo surto de violência se dá na casa de custódia, tida como modelar como unidade de trabalho e educação, a serviço da ressocialização, com o assassinato de três presos. Ainda bem que não se deu em meio à visita quando um presidiário perguntou à ministra o que ela foi fazer no presídio e ela respondeu que vinha cuidar dos direitos humanos dos apenados como ele.

O problema não parece oferecer saída: cadeias distritais superlotadas, ponto frequente de fugas e rebeliões, minadas pelo crime organizado como em assembleias frequentes de convite à ruptura e nas ruas o crime solto, à vontade, expressa a impotência da autoridade e conectado ao universo prisional. Há muitos, milhares de presos, mas provavelmente os soltos em número maior traduzidos numa audácia operacional sem remédio.

A sensação é de impotência também para o público que vê na inutilidade do governo a razão óbvia do seu desespero de contribuinte e cidadão traído. Dir-se-á que a questão é geral, de caráter nacional, com o afloramento de anomia nessa baixa resposta do poder público a esse desafio. E o pior é que há outras consequências como essa pretensão de armar a área rural como meio de enfrentar a violência e num momento em que o próprio comandante do Exército faz uma reflexão sobre a hipótese de as Forças Armadas, de tanto convocadas para suprir a defesa das cidades, ficarem sob o risco de contaminação pelo crime organizado tal a capilaridade desse confronto, como se vê em situações logísticas como a do Rio de Janeiro.

O Paraná poderia dar um retorno nessa luta e até servir de referência e modelo desde que a administração pública tomasse consciência da gravidade do problema que encara com forte dissimulação como se vê nas promessas de construir penitenciárias que jamais saíram do campo da intenção e do escapismo, enquanto persiste a imobilização de setores da polícia empenhados em funções de guarda de presos em masmorras superlotadas. Como o rebaixamento da nota de crédito do Brasil se transforma no vetor mais expressivo da reforma previdenciária, uma eventual sanção da OEA ao Paraná por essa anomalia talvez nos devolvesse a razão. Às vezes, o tratamento traumático é o mais eficaz.

16 JAN 2018

FOLHA DE LONDRINA

Justiça nega mandado de segurança contra aumento de IPTU

O primeiro mandado de segurança com pedido de liminar contra o aumento de IPTU em Londrina foi negado nessa segunda-feira (15) pelo juiz Emil Gonçalves, da 2ª Vara de Fazenda Pública. O pedido foi impetrado na sexta-feira por três munícipes: Evone Rigik Gomes, Theophilo Coutinho e Denise Rugik Gomes. A liminar questionava a falta de informações na lei que alterou a PGV (Planta Genérica de Valores), projeto aprovado na Câmara Municipal em setembro do ano passado.

A ação questionou principalmente a ausência do "mapa detalhado" que teria inviabilizado a conferência dos contribuintes, impossibilitando assim a apuração de eventuais erros e irregularidades. Os impetrantes observaram ainda que o mapa não havia sido publicado pela imprensa local.

Sobre o questionamento, o magistrado anotou que "a Planta Genérica de Valores se encontra devidamente prevista e publicada no diploma legal, não se vislumbrando que o mapa mencionado no parágrafo único seja parte integrante do documento, restando afastada, portanto, a necessidade de publicação oficial".

Ao negar a liminar, Gonçalves escreveu ainda que no Código Tributário Municipal não há qualquer critério que exija o prévio conhecimento das informações dispostas no "mapa detalhado". Outra conclusão do juiz foi de que a lei que alterou a PGV não ofende nenhum princípio da publicidade e de legalidade. (G.M.)

16 JAN 2018

FOLHA DE S. PAULO

Capez é denunciado por 'máfia da merenda'

Procuradoria-geral de Justiça de SP acusa deputado tucano e mais 8 pessoas de desvios em contratos da Educação

Caso veio à tona há dois anos e envolveu ainda prefeituras do Estado; denunciados negam irregularidades

REYNALDO TUROLLO JR.
DE BRASÍLIA

O procurador-geral de Justiça do Ministério Público de São Paulo, Gianpaolo Smanio, apresentou nesta segunda (15) denúncia contra o deputado estadual Fernando Capez (PSDB), sob acusação de corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso conhecido como "máfia da merenda".

O escândalo veio à tona há dois anos, com a deflagração da Operação Alba Branca, que detectou desvios em contratos da Secretaria de Educação do governo Geraldo Alckmin (PSDB) e em prefeituras. Capez, que também é procurador licenciado do Ministério Público paulista, presidiu a Assembleia Legislativa até o ano passado.

O dinheiro desviado do Estado — R\$ 1,11 milhão, o equivalente a 10% dos contratos — pagou despesas da campanha de 2014 do tucano, inclusive dívidas que ficaram pendentes até 2015, segundo a acusação.

Além de Capez, foram denunciadas outras oito pessoas — dois ex-assessores de seu gabinete, dois integrantes da Secretaria de Educação e quatro homens ligados à Coaf (Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar), sediada em

Bebedouro (SP), entre eles o lobista Marcel Ferreira Julio, que fechou acordo de delação premiada.

Devido ao foro especial de Capez, caberá ao Órgão Especial do Tribunal de Justiça decidir se recebe a denúncia e abre ação penal contra ele, tornando-o réu.

Smanio também pediu a suspensão imediata do mandato de Capez e de suas funções como procurador de Justiça. "Não bastasse o risco à ordem pública gerado pelas condutas do denunciado Fernando Capez, não se pode olvidar que os poderes inerentes aos cargos ocupados podem ser indevidamente utilizados por ele para constranger testemunhas e conturbar a colheita da prova", escreveu na denúncia.

Conforme a acusação, uma das principais provas contra Capez é a identificação, por meio da quebra de sigilo telefônico, de uma ligação dele para o então chefe de gabinete da Secretaria Estadual de Educação, Fernando Padula, o que confirmaria o relato do delator.

A acusação relata que, em 29 de julho de 2014, Capez se reuniu com Marcel Julio "para colocar o 'lobista' a par do desenvolvimento das 'negociações' com a Secretaria da Educação".

"Nesta oportunidade, com o nítido propósito de demonstrar a Marcel que realmente estava cuidando daqueles assuntos de interesse da Coaf,

o deputado Fernando Capez travou contato telefônico com Fernando Padula".

Ao fim da reunião, ainda segundo a denúncia, Capez solicitou vantagem ilícita dizendo: "Não esquece de mim, hein? Estou sofrendo em campanha".

Segundo o Ministério Público, a Coaf havia vencido em 2013 uma chamada pública (espécie de licitação menos rígida) para vender suco de laranja para a merenda escolar da rede estadual.

No entanto, o contrato não havia sido assinado e a entidade ia perder o suco que armazenara.

A direção da cooperativa, então, confiou a Marcel a missão de destravar o contrato com o governo. O lobista fez a ponte entre a Coaf e Capez. Marcel é filho de Leonel Julio, ex-deputado e ex-presidente da Assembleia que mantém bom trânsito com políticos. Pai e filho foram denunciados sob acusação de lavagem.

Ainda pela denúncia, Padula, então chefe de gabinete da Educação, e uma diretora da secretaria, Dione Di Pietro, cederam à pressão de Capez e abriram uma nova chamada pública no final de 2014 para contratar a Coaf. Ambos são acusados de corrupção passiva, por terem feito vistas grossas às irregularidades.

CONTINUA

16 JAN 2018

FOLHA DE S. PAULO

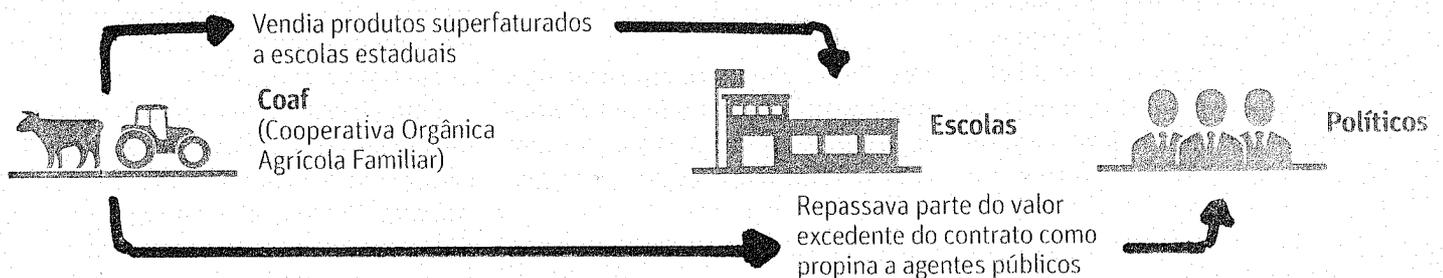
CONTINUAÇÃO

Além de pedir vantagens pessoalmente, segundo a denúncia, Capez incumbiu seu então assessor Jêter Pereira de tratar com a Coaf. Com quebras de sigilo, foram encontradas movimentações de recursos supostamente desviados na conta de Pereira e de outro ex-assessor, José Merivaldo dos Santos.

O Ministério Público pediu bloqueio de bens de R\$ 2,3 milhões como reparação.

'MÁFIA DA MERENDA'

Entenda o esquema que motivou a denúncia apresentado pelo Ministério Público



A LEI

Lei de 2009 determina que ao menos 30% dos recursos federais destinados à merenda escolar sejam gastos em produtos provenientes da agricultura familiar

CHAMADAS PÚBLICAS

Esse tipo de produto é comprado por meio de chamadas públicas, ou seja, dispensa licitação. Para fraudar as chamadas, a Coaf (Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar) fundou duas cooperativas de fachada

CHAMADAS PÚBLICAS

Essas entidades apresentavam propostas diferentes para criar a aparência de uma disputa pelo melhor preço, garantindo a vitória da Coaf. Com preços superfaturados, sobrava dinheiro para propina

ATESTADO FRAUDADO

Para comprovar que seus produtos vinham da agricultura familiar, a cooperativa também utilizou centenas de documentos de pequenos agricultores, que nem sabiam que, oficialmente, estavam cooperados

CONTINUA

16 JAN 2018

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

> OUTRO LADO <

O que não existe não pode ser provado, diz Copez

DE BRASÍLIA

O deputado Fernando Copez (PSDB) disse à **Folha** que não cometeu crimes e que não há provas contra ele.

“O que não existe não pode ser provado. As provas colhidas já demonstraram a inexistência dos fatos. Reitero que jamais conversei com [Fernando] Padula, seja pessoalmente ou por telefone ou por qualquer pessoa que possa lhe ter passado a ligação”, disse Copez.

“Jamais pedi qualquer favorecimento à cooperativa. Para fraudar uma licitação é preciso um pouco mais do que uma ligação de 30 segundos que nego ter ocorrido.”

Jéter Pereira, ex-assessor do gabinete de Copez, negou ter tratado com a Coaf e participado dos desvios.

“O que eles encontraram na minha conta foram R\$ 38 mil que não têm nada a ver. Eles pediram que eu esclareça, que eu prove de onde veio

[o dinheiro], só isso. Eu provando de onde veio está tudo OK. Veio das minhas contas, é dinheiro que a gente guarda”, disse.

“Desde o começo eu sempre disse que não recebi nenhum centavo. Eu era um simples assessor para ficar atendendo telefone no gabinete e jamais teria capacidade para arquitetar um plano para desviar milhões”, disse.

A reportagem não localizou Fernando Padula, ex-chefe de gabinete da Secretaria Estadual de Educação.

O ex-assessor José Merivaldo dos Santos, que trabalhou no gabinete de Copez e ocupou vários outros cargos na estrutura do PSDB na Assembleia Legislativa, também não foi localizado.

O advogado Ralph Tórtima Filho, que defende o ex-presidente da Coaf Cássio Chebabi, disse que “desde a deflagração da operação, a postura do Cássio foi de colaboração, e ele se mantém firme no propósito de auxiliar no esclarecimento dos fatos”.

A reportagem não conseguiu contato com as defesas de Dione Di Pietro e César Bertholino.

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

Acirrando os ânimos

BRASÍLIA - Há um misto de afobação e de irresponsabilidade no ar. Ninguém quer perder a chance de tirar uma casquinha do julgamento de Lula em Porto Alegre. Aliados e adversários do ex-presidente investem na retórica do confronto, acirrando os ânimos para o dia 24.

Os petistas anunciam uma "ocupação" da capital gaúcha. Já foram confirmadas mais de 200 caravanas a caminho da sede do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. A ordem é pressionar os desembargadores e "demonstrar força", nas palavras de um dirigente do partido.

O PT diz que os atos serão pacíficos, mas põe lenha na fogueira ao tratar uma eventual condenação como "fraude". Fora dos microfones, parlamentares ameaçam "radicalizar" se o recurso de Lula for negado. O que querem dizer com isso?

O antipetismo também investe no clima de provocação. O MBL, que sumiu das ruas quando Michel Temer foi acusado de corrupção, promete ressurgir das cinzas. O grupo convida para um "CarnaLula" no dia do julgamento. O prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior, foi convidado! O tucano também tentou surfar no caso ao pedir o envio de tropas federais para a cidade. Foi desautorizado pelo ministro da Defesa e pelo comandante do Exército, que chamaram a ideia de inconstitucional.

Nesta segunda, o presidente do TRF-4 fez um giro em Brasília para tratar da segurança no julgamento. Carlos Eduardo Thompson Flores esteve no Planalto, na Procuradoria-Geral da República e no Supremo. A ministra Cármen Lúcia não detectou nenhum risco alarmante, segundo quem a ouviu depois da reunião.

Na semana passada, o próprio TRF-4 contribuiu para o clima de tensão ao informar que Lula não será preso no dia 24. Ao tratar de sua eventual condenação, a corte estimulou a ideia de que o julgamento será favas contadas. Algo que o próprio Thompson Flores já havia feito, ao classificar a sentença de Sergio Moro como "histórica" e "irretocável".

16 JAN 2018

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Eleição sem Lula é fraude?

16 JAN 2018

SÃO PAULO - Eu gostaria de ver Lula concorrendo à Presidência da República e perdendo. Embora o Brasil seja um lugar "sui generis", não creio que tenha ficado tão disfuncional a ponto de recolocar no cargo máximo do país o líder da legenda que acaba de provocar uma das maiores recessões da história — e sobre o qual ainda pesam graves suspeitas de corrupção.

Penso também que um pleito sem Lula deixaria um fio desencapado no processo político. Petistas passariam o resto dos tempos se queixando de que foram desclassificados no tapetão. Para reduzir o caráter de rixa que vem marcando as últimas corridas eleitorais, seria melhor que o capítulo Lula fosse encerrado por uma decisão das urnas e não dos tribunais.

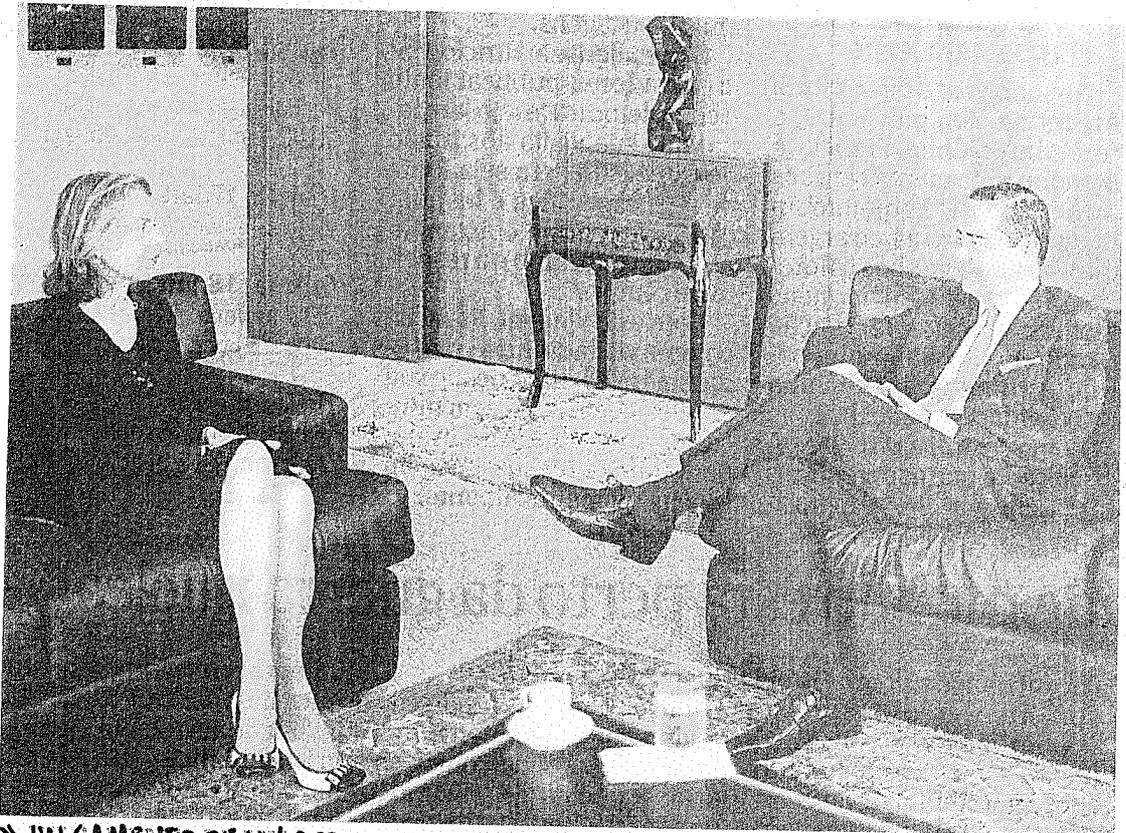
Se, porém, o ex-presidente tiver sua condenação confirmada pelo TRF-4 na próxima quarta-feira (24), não vejo como deixar de aplicar a Lei da Ficha Limpa (LC nº 135/2010), que o excluiria da disputa. Confesso que nunca gostei muito dessa norma, contra a qual já escrevi algumas colunas. Mas, se o prejuízo de uma eleição sem Lula fica restrito ao campo das conveniências políticas, passar por cima da lei para admitir o petista no pleito causaria um dano de ordem institucional. E, a essa altura, tudo o que não podemos fazer é fragilizar ainda mais as instituições.

Nesse contexto, eu diria que, se há alguma ameaça de fraude no ar, ela está menos em tirar Lula da eleição — o PT e suas ideias, afinal, não estão sendo calados, já que o partido estaria apto a lançar outro candidato — do que em deixar deliberadamente de aplicar uma lei que foi quase universalmente apontada como virtuosa apenas porque o resultado não nos agrada.

Não há como não apontar a ironia de que a Ficha Limpa leva a assinatura de Luiz Inácio Lula da Silva, que foi quem a sancionou, sob o aplauso de petistas como Dilma Rousseff.

16 JAN 2018

FOLHA DE S. PAULO



» **JULGAMENTO DE LULA** Nesta segunda (15), a ministra Cármen Lúcia recebeu o presidente do TRF-4, Carlos Eduardo Thompson Flores, para tratar, entre outras questões, da segurança

PAINEL

Olhos e ouvidos

A proximidade do julgamento de Lula pelo TRF-4, em Porto Alegre, mobilizou a atenção do universo político. O chefe do GSI, general Sérgio Etchegoyen, fez um relato ao presidente Michel Temer sobre o esquema de segurança montado pelas forças locais para conter qualquer tumulto no dia 24. Segundo o militar, que troca informações com o comando do RS, aposta-se na repetição da estratégia que garantiu atos pacíficos em Curitiba, quando o petista foi condenado em primeira instância.

Amigos, amigos O chefe do GSI conversou com Temer após almoçar com o presidente do TRF-4, o desembargador Carlos Eduardo Thompson Flores, de quem é próximo. A Temer, porém, falou apenas sobre os dados que havia recebido nos relatórios das forças de segurança locais.

Ressaca Analistas do mercado financeiro dão a condenação do ex-presidente Lula como certa e estão de olho em apenas duas coisas: o placar no TRF, se 3 a 0 ou 2 a 1, e a reação do PT no dia seguinte ao julgamento.

16 JAN 2018

FOLHA DE S. PAULO



16 JAN 2018

FOLHA DE S. PAULO

Tribunal impede outra vez posse de Cristiane Brasil no Trabalho

Marun disse não considerar 'imoral' a indicação da deputada

DO RIO
DE BRASÍLIA

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região manteve novamente nesta segunda (15) a liminar que impede a posse da deputada federal Cristiane Brasil (PTB-RJ) como ministra do Trabalho.

Na sexta (12), a Advocacia-Geral da União (AGU) havia entrado com embargos de declaração no TRF-2 contra a liminar que suspendeu a deputada de assumir o cargo.

Com a decisão, a formalização dela no cargo, que deveria ter acontecido em cerimônia na terça (9), continua suspensa.

O juiz federal Vladimir Vitovsky negou os recursos da AGU e fixou a competência da 4ª Vara Federal de Niterói para tratar do caso.

Nesta segunda, o juiz federal de Niterói (RJ) Leonardo Couceiro, que decidiu suspender na semana passada a posse sob o argumento de que a indicação desrespeita o princípio da moralidade administrativa, negou pedido da AGU para reconsiderar a sua própria decisão.

Com mais uma derrota no TRF, o presidente Michel Temer deve recorrer ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) para tentar garantir a posse da deputada.

A avaliação do Palácio do Planalto é de que o episódio foi "politizado" pela Justiça do Rio de Janeiro e que o STJ poderá fazer uma análise "menos contaminada" sobre a posse da parlamentar no ministério.

O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, afirmou nesta segunda (15) não considerar imoral a indicação para o comando do Ministério do Trabalho de alguém que sofreu condenação trabalhista.

Indicada pelo seu pai Roberto Jefferson, a deputada federal Cristiane Brasil (PTB-RJ) foi condenada a pagar R\$ 60 mil por dívidas trabalhistas a um de seus ex-motoristas. Ela também fez acordo com outro profissional, pagando R\$ 14 mil, para evitar nova condenação.

"Eu não considero nem amoral nem imoral todos aqueles que, em algum momento de suas vidas, principalmente aqueles que são empregadores, perderam ações na Justiça do Trabalho", disse.

16 JAN 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PESQUISA DO CNJ

Em audiência, flagrante pesa mais que violência do crime

Segundo pesquisa, 86,8% das detenções por roubo viraram preventiva, enquanto 75% dos suspeitos de assassinato foram para prisão provisória

Nas decisões em audiências de custódia, pesa mais o fato de a prisão ter sido ou não em flagrante do que a violência do crime em si. Por exemplo, 86,8% das detenções por roubo transformaram-se em prisões preventivas, enquanto 75% dos suspeitos de assassinatos tiveram prisões provisórias.

Os dados são do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que chegou à conclusão de que o tipo de crime e a violência empregada são decisivos na conversão de prisões em audiências de custódia.

O estudo, contratado pelo Conselho Nacional de Justiça, faz parte da 2ª edição da série Justiça Pesquisa. Na amostra, 54% dos

presos em flagrante tiveram a prisão convertida em preventiva. Casos violentos somaram 34,8% dos flagrantes, e outros 43,6% não envolveram agressões.

“Esse resultado deixa evidente a necessidade das audiências de custódia para analisar a adequação da prisão provisória. Se não mais do que 34,8% das prisões em flagrante observadas referem-se a delitos violentos, é evidente que a liberdade se tornou exceção na prática policial e que a regra tem sido a prisão para crimes patrimoniais e de drogas”, diz o estudo.

Cor da pele

O histórico criminal e a cor do suspeito também influenciam na decisão de

prender. Dos detidos, 51% tinham antecedentes e outros 39% eram primários. Seguiram presos 65,4% dos reincidentes, enquanto o mesmo ocorreu para apenas 37,3% dos detidos sem registro anterior. Foi concedido o dobro de liberdades provisórias para primários (52,8%) do que para reincidentes (26%).

Mesmo acusações sem trânsito em julgado reduziram a hipótese de soltura. Ser negro é outro fator que eleva as chances de seguir detido. Pessoas brancas ficaram presas em 49,4% dos casos e receberam liberdade provisória em 41%. Já entre pretos e pardos a prisão foi mantida em 55,5% das vezes e relaxada em 35,2%.

Defesa de Maluf reitera pedido de prisão domiciliar

A defesa de Paulo Maluf (PP), 86 anos, reiterou nesta segunda-feira (15) um pedido à Justiça do Distrito Federal para que o deputado cumpra a pena em casa, em razão de "problemas graves de saúde". No pedido, levado à Vara de Execuções Penais (VEP) de Brasília, os advogados argumentam que, com mais de 80 anos de idade, Maluf não representa risco para a sociedade se deixar a prisão.

Paulo Maluf foi condenado no ano passado a 7 anos e 9 meses de prisão, em regime inicialmente fechado, por lavagem de dinheiro. Em dezembro, se entregou à Polícia Federal em São Paulo e, levado a Brasília, foi alojado numa ala de idosos no presídio da Papuda. Os advogados de Maluf pedem a "prisão domiciliar humanitária" em razão de diversos problemas de saúde. ■

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidentes do TRF4 e do STF discutem ameaças

O presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), desembargador Thompson Flores, foi ontem ao gabinete da ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), para discutir providências sobre ameaças recebidas pelos desembargadores que julgarão, no próximo dia 24, em Porto Alegre, o recurso contra a condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Thompson Flores deixou o STF sem falar com a imprensa, após reunião de pouco mais de uma hora com Cármen Lúcia, que preside também o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão que tem um departamento para cuidar da segurança de magistrados. O desembargador tem encontros marcados também com o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Sérgio Etchegoyen, e com a procuradora-geral da República, Raquel Dodge.

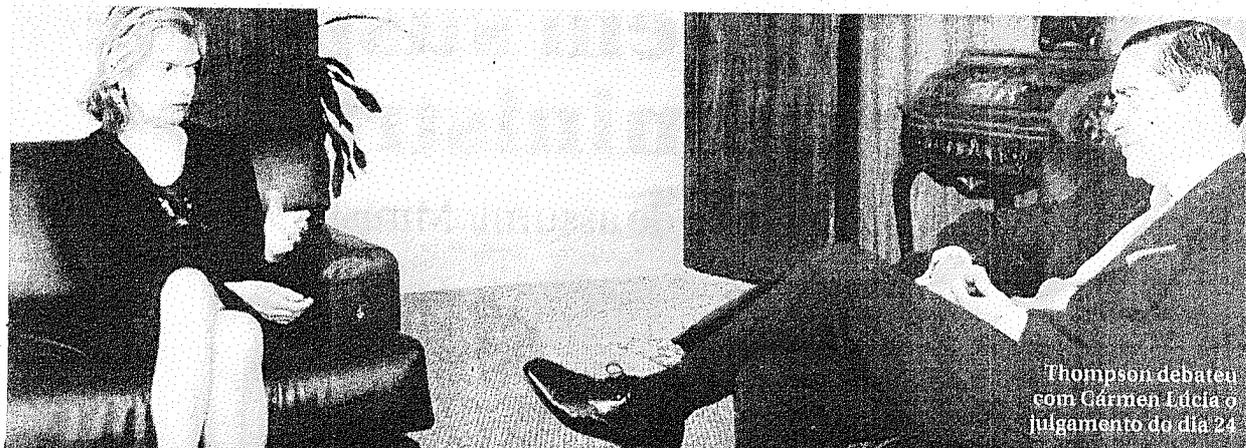
BEMPARANÁ

Terceirização

A Justiça decretou o bloqueio de bens do ex-prefeito de Bela Vista da Caroba (região Sudoeste) Joceli Tiago Menezes (PT). A decisão atende a ação do Ministério Público por improbidade administrativa. Segundo o MP, o ex-prefeito firmou parceria com entidade privada com a justificativa de execução de projetos nas áreas de educação, saúde, ação social, esporte, cultura, lazer, artes, promoção de eventos, agricultura, meio ambiente, conservação do patrimônio público e administração. A investigação constatou que os programas não eram de natureza complementar, caracterizando-se como atividades típicas da administração pública.

Licitação

Outra constatação do inquérito civil foi de que, a partir do termo de parceria firmado, foram contratadas, diretamente pela entidade conveniada, empresas de prestação de serviços ao município, violando as exigências da lei de licitações. Chegou a R\$ 1.085.716,80 o montante de recursos públicos destinados de forma irregular, segundo o MP. Além do ex-prefeito, também tiveram os bens bloqueados pela Justiça – no valor total de R\$ 3.257.150,40 – o instituto privado contratado.



Presidente do TRF pede segurança a desembargadores

Thompson relatou as ameaças à ministra Cármen Lúcia

O presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), desembargador Thompson Flores, foi ontem (15) ao gabinete da ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), para discutir providências sobre ameaças recebidas pelos desembargadores que julgarão, no próximo dia 24, em Porto Alegre, o recurso contra a condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Thompson Flores deixou o STF sem falar com a imprensa, após reunião de pouco mais de uma hora com Cármen Lúcia, que preside também o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão que tem um departamento para cuidar da segurança de magistrados. O desembargador tem encontros marcados também com o ministro-chefe do

Gabinete de Segurança Institucional, Sergio Etchegoyen, e com a procuradora-geral da República, Raquel Dodge. ■

16 JAN 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Lava Jato. Presidente de tribunal em Porto Alegre e representantes de magistrados vão a Brasília para alertar sobre ameaças e pedir reforços durante julgamento no dia 24

Recurso de Lula mobiliza juízes por mais segurança

Amanda Pupo
Rafael Moraes Moura
Carla Araújo | BRASÍLIA
Fabio Leite

O julgamento do recurso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), marcado para o dia 24, em Porto Alegre, mobiliza associações de magistrados e o presidente do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF-4), desembargador federal Carlos Eduardo Thompson Flores, por mais segurança. Ele e magistrados foram a Brasília ontem para discutir medidas a serem adotadas durante a análise da apelação do petista.

Lula foi condenado pelo juiz Sérgio Moro, de Curitiba, a 9 anos e 6 meses de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex do Guarujá, no âmbito da Lava Jato. Ele será agora julgado pela 8.^a Turma Penal do TRF-4, que, segundo Thompson Flores, tem recebido ameaças. O órgão é composto por três desembargadores federais.

Thompson Flores e o presidente da Associação dos Juizes Federais (Ajufe), Roberto Veloso, estiveram ontem, separadamente, com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia. O desembargador federal também relatou preocupações com a segurança do julgamento em reunião com a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, e com o general Sérgio Etchegoyen, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

● Independência

“Há ainda um caminho processual muito grande a ser trilhado. Mas é preciso que a magistratura tenha condições de independência.”

Roberto Veloso
PRESIDENTE DA AJUFE

“A possibilidade de um movimento agressivo (no julgamento) causa preocupação e deve ser combatida.”

Guilherme Feliciano
PRESIDENTE DA ANAMATRA

O desembargador federal ontem não deu declarações à imprensa. Na semana passada, ele havia enviado ofício ao STF e à PGR com relatos de ameaças. Thompson Flores também já relatou o problema a deputados petistas durante audiência no TRF-4, na sexta-feira.

Veloso, da Ajufe, que também esteve com Cármen Lúcia, encaminhou ontem ofícios ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Ministério da Justiça, nos quais pede medidas para garantir a segurança em Porto Alegre. Com ameaças contra desembargadores federais nas redes sociais, Veloso solicitou ao ministro da Justiça, Torquato Jardim, também, com “a maior urgência possível”, uma investigação.

Para o presidente da associação de magistrados, criou-se um “alardê desnecessário” em torno do julgamento de Lula,

uma vez que ainda caberá recurso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo. “Há ainda um caminho processual muito grande a ser trilhado. Mas é preciso que a magistratura tenha condições de independência e tranquilidade para proceder o julgamento”, afirmou.

Veloso admitiu que está apreensivo com a preservação das instalações do TRF-4 e com a segurança dos desembargadores federais. “Esse caso está tomando uma proporção que nunca se tomou no Brasil, se está querendo a convocação de militantes para haver uma pressão e até se chegar às vias de fato. Isso é o que não podemos conceber. Se o Brasil é uma democracia e existe um devido processo legal, por que se vai então partir para a violência a fim de interferir no julgamento do processo?”, questionou Veloso, ao deixar o edifício-sede do STF.

“Pretendemos emprestar todo o apoio da associação aos magistrados para que eles possam julgar com independência. Porque se nós temos julgamentos em que o que conste não seja a prova dos autos e, sim, a pressão que se exerce sobre a magistratura, não estamos mais em um Estado democrático de direito, mas em um Estado de opressão”, afirmou Veloso.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

16 JAN 2018

Integridade. Segundo o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Feliciano, que também esteve na audiência, o encontro de

ontem foi uma ação “profilática” para “garantir a integridade e a independência dos juizes” que vão julgar Lula. “Evidentemente que toda manifestação pacífica e ordeira é democrática, constitucional e muito bem-vinda, porque mostra que o País não vive sob repressão. Mas a possibilidade de um movimento agressivo causa preocupação e deve ser combatida”, disse.

Segundo ele, Cármen Lúcia afirmou que já sabia da apreensão da categoria com relação ao julgamento em Porto Alegre e garantiu que fará o que estiver ao seu alcance para que a ordem seja preservada. No STF, a avaliação é a de que o julgamento é dos mais delicados, por envolver o ex-presidente Lula e ter impacto direto nos rumos da eleição.

Ameaças. O ministro da Justiça, Torquato Jardim, disse ao **Estado** que, caso sejam realmente comprovadas as ameaças a desembargadores, a Polícia Federal pode ser acionada. “Mas oficialmente não houve esse pedido, por isso não há essa decisão”, disse.

Torquato afirmou ainda que a Força Nacional estará em Porto Alegre no dia do julgamento com a missão de preservar e proteger os prédios públicos e a Polícia Rodoviária Federal está “engajada em fiscalizar as rodovias” para evitar tumultos. “A PF atua na precaução. É uma precaução natural, assim como houve em Curitiba”, disse, referindo-se ao depoimento de Lula na capital paranaense.

16 JAN 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Gleisi acusa TRF-4 de criar 'cortina de fumaça'

Senadora diz que Thompson Flores quer tirar foco da 'ausência de provas' e diz que o PT não fará ato violento

Vera Rosa / BRASÍLIA

A presidente do PT, senadora Gleisi Hoffmann (PR), chamou de "cortina de fumaça" a acusação de que os desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região, em Porto Alegre, estão sofrendo ameaças. Para Gleisi, isso ocorre porque o presidente do TRF-4, Carlos Eduardo Thompson Flores, está com "um pepino" nas mãos e precisa desviar as atenções da "ausência de provas" contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"O PT não faz ameaças. O presidente do TRF-4 quer criar uma cortina de fumaça e tirar o foco do julgamento em si porque, na realidade, ele está com um pepino lá, que é um processo pelo qual não tem como condenar o Lula, por absoluta ausência de provas. Aliás, ausência de crime", disse Gleisi ao **Estado**. "Então, como de outras vezes, o desembargador está fazendo uma ação política. Não é papel dele cuidar disso."

A senadora não descartou a possibilidade de haver "infiltrados" nas manifestações programadas para o próximo dia 24 – data do julgamento de Lula –, mas ressaltou que o partido já pediu providências ao governo do Rio Grande do Sul e ao comando da Brigada Militar.

Gleisi afirmou que o PT solicitou à cúpula da polícia gaúcha atenção especial à presença de eventuais provocadores nos

atos em defesa de Lula. "Eles têm inteligência e têm como separar as pessoas infiltradas dos manifestantes, para não acontecer o que ocorreu aqui em Brasília, durante protesto contra a reforma da Previdência", disse a senadora.

Sem esconder a contrariedade com comentários de que o PT partirá para a violência caso o ex-presidente seja condenado na segunda instância judicial, Gleisi disse que o partido sempre orientou os militantes a promover manifestações pacíficas. "Da nossa parte, todos podem ficar muito tranquilos", disse ela. "Se houver ato de violência, de vandalismo, não será cometido pelo PT."

O ESTADO DE S. PAULO

ELIANE
CANTANHÊDE

16 JAN 2018

'Jus esperniandi'

A final, o que vai ocorrer no dia 24 em Porto Alegre é um julgamento, um carnaval, um circo ou, pior, uma guerra de guerrilhas? Quanto mais o julgamento do ex-presidente Lula se aproxima, mais o TRF-4 parece nervoso, as autoridades morrem de medo e os dois lados – anti-Lula e pró-Lula – se comportam como se fosse tudo, menos uma decisão de Justiça, a confirmação ou não da condenação em primeira instância.

Foi por isso que o presidente do TRF-4, desembargador Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, fez uma maratona ontem em Brasília, desde o encontro com a presidente do Supremo, Cármen Lúcia, até o da procuradora-geral, Raquel Dodge, o do diretor-geral da Polícia Federal, Fernando Segovia, e o do chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência, general Sérgio Etchegoyen.

Vamos ao óbvio: qualquer ação contra Lula, na primeira, segunda ou qualquer instância, mexe com os nervos das “torcidas” e gera temor de quebra-quebra. E o TRF-4 é tratado como “muito pequeno” para uma decisão tão importante. Quem queria estar na pele dos três desembargadores?

Óbvio, também, que ninguém admite ter discutido a sentença do juiz Sérgio Moro, de mais de 9 anos de prisão para Lula, e muito menos a disposição do TRF-4. O que todos dizem é discutir os aspectos externos: a possibilidade de confrontos de rua, de perturbação da ordem pública.

“Perguntar a um desembargador sobre um julgamento seria como exigir de vocês, jornalistas, o nome de uma fonte de notícia. Um absurdo”, disse o general Etchegoyen, velho amigo de Thompson Flores, que almoçou com

Apesar do pavor do TRF-4, o mundo não vai acabar e o Brasil não vai parar no dia 24

ele no Planalto e saiu com um presente: o livro *História da Segunda Guerra Mundial*, de Sir Liddel Hart.

Nem é preciso perguntar se Etchegoyen concorda com o comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas, que disse à repórter do *Estado* Tânia Monteiro que pedir tropas para o julgamento do Lula é inconstitucional. Cá entre nós, é também ridículo, já que se trata

de uma questão da Secretaria de Segurança Pública, além de as Forças Nacionais protegerem os prédios federais em torno do TRF-4.

No caso de Cármen Lúcia: Thompson Flores relatou as ameaças a desembargadores do caso Lula, já que ela preside também o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Mas, objetivamente, o único recurso do CNJ seria chamar a polícia! E o presidente do TRF-4 já foi direto à Polícia Federal. Já o ministro da Justiça, Torquato Jardim, vai a Porto Alegre nesta sexta-feira, para encontros com o governador e o prefeito, e “vai aproveitar” para conversar com o desembargador no TRF-4, que, como se vê, se cerca de todos os lados.

Apesar de toda essa maratona, a expectativa parece pior do que a realidade. Durante o julgamento, vai haver manifestações em Porto Alegre, na Avenida Paulista e em outras capitais. O PT e

seus braços, tipo MTST, convocam os atos pró-Lula. Os adversários tentam concorrer com os anti-Lula. É do jogo. Desde que o jogo não desambe para batalha campal.

Depois, com Lula condenado ou com Lula absolvido, o mundo não vai acabar, o Brasil não vai parar, tudo vai continuar como está. E o lado perdedor vai chiar. Confirmada a sentença de Moro, como apostam os meios jurídico e político, os petistas vão reclamar, criticar, xingar. Ok. Também faz parte do jogo.

Haverá mil e uma versões sobre perseguição das elites, continuidade do “golpe”, essas bobagens que não dizem respeito à Justiça. Mas isso não significa guerra nem atentado à democracia, só o velho “jus esperniandi”, que vale também para o outro lado. E, na Quarta-Feira de Cinzas deste Carnaval, começa uma outra folia: a dos recursos. Resta saber até quando a candidatura Lula aguenta essa rebordosa.

16 JAN 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Ministério Público

denuncia Capez por máfia da merenda

Deputado tucano e mais oito são acusados por envolvimento em fraudes em contratos da Educação; suspeitos negam irregularidades

Julia Affonso
Luiz Vassallo
Fausto Macedo

O procurador-geral de Justiça de São Paulo, Gianpaolo Smanio, denunciou ao Tribunal de Justiça o deputado estadual Fernando Capez (PSDB), ex-presidente da Assembleia Legislativa, e mais oito alvos da Operação Alba Branca. A investigação foi deflagrada em janeiro de 2016 contra desvios no fornecimento de merenda escolar. A Capez são atribuídos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Smanio cobra R\$ 2.279.857 – o valor equivale ao dobro da propina que teria sido destinada a Capez, a lobistas e a um representante comercial da Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar (Coaf). A cooperativa, em Bebedouro (SP), é apontada como centro das fraudes.

A denúncia afirma que a propina paga a Capez, as comissões repassadas a lobistas da chamada máfia da merenda e ao representante comercial da Coaf “alcançaram ao menos o patamar de 10% do valor dos contratos administrativos – R\$ 11.399.285 – celebrados entre a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e a cooperativa”.

“Os valores pagos a título de propina e comissões chegaram à cifra de R\$ 1.139.928,50. Tais valores, evidentemente, foram extraídos daqueles gerados pelo superfaturamento do preço

da mercadoria alienada à Secretaria da Educação”, apontou o procurador-geral.

Suco. A Operação Alba Branca desarticulou fraude a licitações na Secretaria Estadual da Educação para o fornecimento de suco de laranja na merenda escolar. Desencadeada pela Polícia Civil e pela Promotoria, a ação mirou em contratos para o fornecimento de suco e produtos agrícolas a pelo menos 30 prefeituras do interior paulista pela cooperativa de Bebedouro.

Esta denúncia contra Capez é relativa somente à suposta incursão do deputado na pasta da Educação do Estado. A atuação da máfia da merenda sobre administrações municipais é alvo de outra investigação, sob competência do Tribunal Regional Federal da 3.^a Região (TRF-3) porque envolve prefeitos e verbas públicas da União.

Além de Capez, foram denunciados os ex-assessores do tucano Jeter Rodrigues Pereira e José Merivaldo dos Santos; o ex-chefe de gabinete da Secretaria Estadual da Educação Fernan-

do Padula; a ex-coordenadora de Infraestrutura e Serviços Escolares Dione Maria Di Pietro; um outro ex-presidente da Assembleia, Leonel Julio (1976) e seu filho, o lobista Marcel Julio; e os empresários Cássio Chebabí e Cesar Augusto Lopes Bertolino, ligados à Coaf.

Segundo a denúncia, “por intermédio do assessor parlamentar Jeter Rodrigues Pereira, com quem agia em concurso e com identidade de propósitos, Capez solicitou para si vantagem indevida” de representantes da cooperativa.

Em 2013, afirmou Smanio na denúncia, a cooperativa venceu chamada pública da Secretaria da Educação para o fornecimento de suco de laranja para merenda escolar. No entanto, a entidade não foi chamada para celebrar o contrato pela pasta porque “irregularidades macularam” a concorrência. Conforme a acusação, após reunião com Marcel Julio, Capez ligou para Padula e pediu que reabrisse um edital para que a Coaf se sagrasse vencedora. A denúncia relata que Capez pretendia receber 6% do valor do contrato, no valor de R\$ 11 milhões, entre a cooperativa e a pasta da Educação.

● Contratos

“Tais valores (de propina) foram extraídos do preço superfaturamento do preço da mercadoria alienada à Secretaria da Educação.”

Giaopolo Smanio

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

CONTINUA

16 JAN 2018

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Mandato. Smanio pediu à Justiça a decretação da suspensão do mandato de deputado de Capez e também das funções de procurador. Segundo o procurador-geral, "a influência política típica do exercício do mandato" de parlamentar tem levado o tucano "à reiteração na prática de crimes contra a administração pública".

Segundo o chefe do Ministério Público paulista, a aproximação das eleições deste ano autoriza "o justo receio de que, no exercício da função parlamentar, Fernando Capez torne a delinquir, de modo a colocar em risco a ordem pública".

"Uma vez afastado do exercício da função parlamentar, automaticamente, o acusado Fernando Capez retomará o desempenho das atribuições de seu cargo de procurador de Justiça, motivo pelo qual se cumula o pedido de afastamento das duas funções", argumentou o procurador-geral.

A denúncia contra o parlamentar será analisada pelo Órgão Especial do TJ, formado por 25 desembargadores, os 12 mais antigos da Corte, 12 eleitos por seus pares e o presidente do tribunal. Se a acusação for acolhida, o deputado vira réu.

Deputado diz que acusação é uma 'irresponsabilidade'

● O deputado estadual Fernando Capez (PSDB) negou as acusações da Promotoria. "O que não existe não pode ser provado. Procurem ler a denúncia e acompanhar as provas", afirmou o parlamentar. "Finalmente, vou poder demonstrar o abuso dessa investigação perante a Justiça. Irresponsabilidade é o mínimo que podemos dizer disso", disse.

Em ocasiões anteriores, Capez já havia negado o recebimento de propinas do esquema na merenda escolar e disse acreditar que o ex-assessor Jeter Rodrigues Pereira pode ter usado seu nome para "abrir caminho" para a cooperativa.

O ex-chefe de gabinete da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo Fernando Padula afirmou que está "perplexo" com a denúncia apresentada pelo procurador-geral de Justiça, Gianpaolo Smanio. "Perplexo! Já foi demonstrado que não tive qualquer conduta ilícita. Infelizmente eu, minha família e amigos sofreremos mais uma vez essa infâmia e injustiça", disse Padula.

A reportagem não localizou as defesas dos outros denunciados na máfia da merenda. Os proprietários da Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar (Coaf), em Bebedouro (SP), também não foram localizados pela reportagem.

A Secretaria Estadual da Educação não respondeu aos questionamentos da reportagem até a conclusão desta edição. O governo estadual também foi procurado, mas não se manifestou sobre o caso. / L.V., J.A. e F.M.

16 JAN 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça mantém deputada fora de pasta; Marun afirma ver 'equivoco' em liminar

O juiz federal Vladimir Vitovsky, que está atuando como substituto no Tribunal Regional Federal da 2.ª Região (TRF-2), no Rio, negou na tarde de ontem os embargos de declaração apresentados pela Advocacia-Geral da União (AGU) para tentar derrubar a decisão liminar que suspendeu a posse de Cristiane Brasil (PTB) como ministra do Trabalho. Assim, Cristiane continua proibida de assumir o cargo. Antes da decisão, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, disse que o

LÚCIO BERNARDO JR./CÂMARA DOS DEPUTADOS-4/5/2017



governo esperava conseguir na Justiça manter a posse da deputada como ministra. Segundo ele, o juiz que deu a liminar que impediu a filha de Roberto Jefferson de assumir o cargo na semana passada se equivocou.

Ex-procurador depõe à PF sobre delação da J&F

O ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot foi ouvido ontem pela Polícia Federal como testemunha no inquérito que apura possíveis irregularidades nas negociações do acordo de delação premiada dos executivos do grupo J&F, dono da JBS. Atualmente, Janot é sub-procurador da República. A oitiva foi realizada no gabinete de Janot na PGR e foi conduzida pelo delegado Cleyber Malta, do grupo da PF de inquéritos no Supremo Tribunal Federal. Janot não comentou o conteúdo do depoimento.

Conselho analisa como tema é tratado no mundo

O conselho do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) voltado para o combate à disseminação de fake news na próxima campanha discutiu ontem matematicamente de como outros países estão enfrentando o problema. O objetivo é colher subsídios a partir da análise de como Estados Unidos, Alemanha e França lidam com a questão para propor medidas no âmbito da Justiça Eleitoral.

Para defesa, pedido para Maluf ficar preso é 'raso'

A defesa do deputado Paulo Maluf (PP-SP) protocolou petição em que classifica de "rasa" a manifestação do Ministério Público do Distrito Federal para que o parlamentar continue cumprindo pena em regime fechado. Maluf, 86 anos, está preso no Complexo Penitenciário da Papuda. O MP se baseou em laudo do Instituto Médico Legal, que reafirma que o deputado pode cumprir a pena na cadeia.

32
PERGUNTAS
FORAM FEITAS
PELA DEFESA DE
MALUF AO IML

SÔNIA RACY

Na busca...

Carlos Eduardo Thompson Flores, do TRF-4, não foi a Brasília ontem falar de processos ou de Justiça. Ao que apurou a coluna, tentou buscar um conjunto de apoios para garantir tranquilidade mínima no julgamento "histórico, inédito" que decidirá o futuro de Lula no dia 24.

Diferentemente de outras cortes de justiça, o tribunal de Porto Alegre não conta com estrutura condizente com a importância do evento.

...pela paz

Viajando sozinho, o presidente do TRF-4 esteve com general Etchegoyen no Planalto, com Raquel Dodge na PGR, passou pela PF e reuniu-se com Cármen Lúcia no STF. "O conteúdo das conversas foi a busca de um ambiente pacífico para o julgamento", diz fonte próxima ao desembargador.

16 JAN 2018

#NA TRAVE **BEMPARANÁ**

Justiça mantém deputada fora de Ministério do Trabalho

Tribunal rejeita novo recurso do governo para empossar filha de Roberto Jefferson

O juiz federal Vladimir Vitovsky, que está atuando como substituto no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), no Rio de Janeiro, negou ontem, os embargos de declaração apresentados pela Advocacia-Geral da União (AGU) para tentar derrubar a decisão liminar que suspendeu a posse de Cristiane Brasil (PTB) como ministra do Trabalho.

Assim, Cristiane continua proibida de assumir o cargo. Cristiane, que é filha do ex-deputado federal e atual presidente do PTB Roberto Jefferson, foi anunciada como ministra do Trabalho do presidente Michel Temer (MDB) no dia 3 de janeiro. Na segunda-feira passada, 8, a posse de Cristiane foi suspensa por decisão liminar (provisória) emitida pelo juiz federal Leonardo da Costa Couceiro, da 4.ª Vara Federal de Niterói, na região



Wilson Dias/Agência Brasil

Cristiane Brasil: barrada de novo metropolitana do Rio.

Desrespeito - Ele atendeu pedido apresentado em ação popular por um cidadão comum. "Este magistrado vislumbra flagrante desrespeito à Constituição Federal no que se refere à moralidade administrativa, em seu artigo 37, caput, quando se pretende nomear para um cargo de ta-

manha magnitude, ministro do Trabalho, pessoa que já teria sido condenada em reclamações trabalhistas, condenações estas com trânsito em julgado", escreveu o magistrado, que impôs multa de R\$ 500 mil para quem descumprir a decisão.

No dia seguinte, 9, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) negou recurso apresentado pela AGU e manteve a ordem emitida pelo juiz de Niterói. Na quarta-feira, 10, a AGU apresentou novo recurso ao próprio TRF-2.

A própria Cristiane Brasil também recorreu, e os dois pedidos foram analisados pelo juiz federal Vladimir Vitovsky, substituto do desembargador federal José Antonio Neiva no TRF-2. Ele negou os pedidos e manteve a decisão do juiz federal de Niterói proibindo a posse da deputada.

O CARNAVAL

Gilmar Mendes é 'homenageado' em marchinhas

O "muso" dos compositores de marchinhas do Carnaval de 2018 será o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes. Ele é o "homenageado" em pelo menos três novas marchinhas de João Roberto Kelly, autor de clássicos como "Cabeleira do Zezé" e "Mulata lê-lê-lê", que lançou "Alô, Alô Gilmar" ("Alô, alô Gilmar/eu to em cana,/vem me soltar..."). Já os Marcheiros saíram com "Gilmar Soltou a franga" ("Gilmar soltou/Soltou a franga/Largou a 'tonga'/E agora só anda de tanga..."). O grupo Orquestra Royal também vai repetir o tema com "A Dancinha da Tornozeleira".

GAZETA DO POVO 16 JAN 2018

Saiu o edital do Superior Tribunal de Justiça; vagas de nível médio e superior

Foi publicado no Diário Oficial da União desta terça-feira (16) o edital do concurso para Analista e Técnico Judiciário do quadro de pessoal do Superior Tribunal de Justiça (STJ). No total, o concurso oferece 5 vagas imediatas e cadastro de reserva em cargos de nível médio, técnico e superior. As inscrições vão até 10 de fevereiro, e o concurso será realizado no dia 8 de abril, na cidade de Brasília.

De acordo com o edital de abertura (baixe aqui) as vagas para o cargo de Analista Judiciário, de nível superior, serão divididas entre as especialidades Administrativa (nível superior em qualquer área), Judiciária (nível superior em Direito), Biblioteconomia, Fisioterapia, Odontopediatria, Periodontia, Psicologia e Oficial de Justiça Avaliador Federal (nível superior em Direito). Para estes cargos a remuneração inicial é de R\$ 11.006,82.

Já as vagas do cargo de Técnico Judiciário, que exige o nível médio de escolaridade, estão divididas entre as áreas Administrativa (somente o nível médio), Desenvolvimento de Sistemas (habilitação específica em cursos de Desenvolvimento de Software), Enfermagem (curso técnico em enfermagem), Suporte Técnico (habilitação específica em cursos de Tecnologia da Informação) e Telecomunicações e Eletricidade (técnico em Telecomunicações, em Eletroeletrônica ou em

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

16 JAN 2018

Eletrotécnica). Para estes cargos a remuneração inicial é de R\$ 6.708,53.

Inscrições e Provas

As inscrições serão recebidas entre os dias 26/01 e 10/02/2018 no site do Cebraspe ([acesse aqui](#)). A taxa de participação é de R\$ 85 para os cargos de nível superior e R\$ 70 para os cargos de nível médio e técnico. O edital traz a previsão de isenção da taxa de inscrição em casos específicos.

Todos os candidatos farão provas objetivas e discursivas, ambas de caráter eliminatório e classificatório, no dia 8 de abril de 2018 na cidade de Brasília (DF). As provas serão no turno da manhã para os cargos de analista e no turno da tarde para os cargos técnico.

Deixe abaixo seus comentários e sugestões de assuntos que você gostaria de ver aqui no blog Concurseiros. Siga as páginas do Vida Financeira e Emprego e da blogueira Thais Nunes no Facebook.

Texto: Thais Nunes